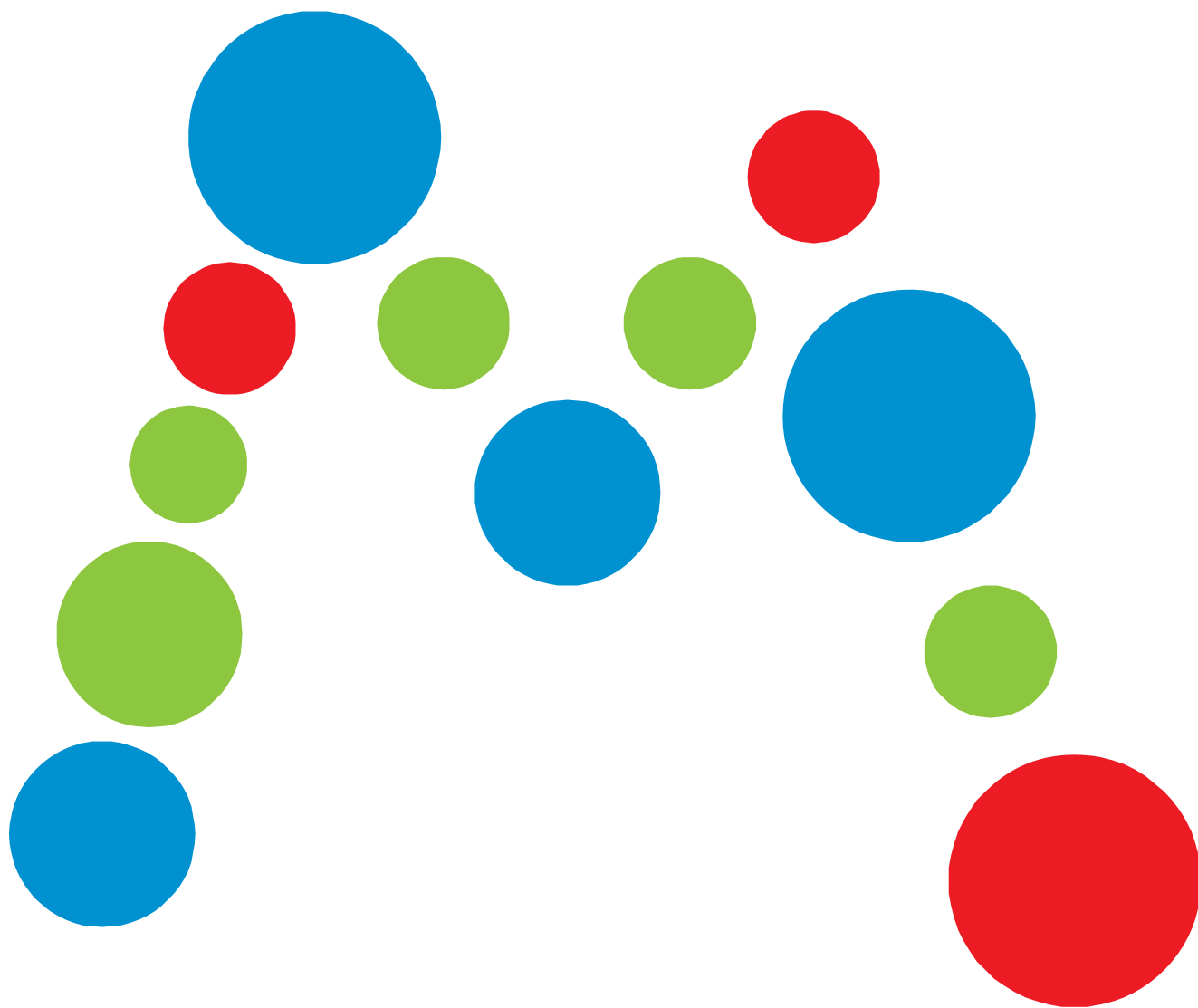


Mercados

informação global



China Ficha de Mercado

Maio 2013



aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	7
2.3. Investimento Estrangeiro	10
2.4. Turismo	11
3. Relações Económicas com Portugal	12
3.1. Comércio de Bens	12
3.2. Serviços	16
3.3. Investimento	17
3.4. Turismo	18
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	19
4.1. Regime Geral de Importação	19
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	22
5. Informações Úteis	26
6. Contactos Úteis	27
7. Endereços de Internet	30

1. Dados Gerais

Mapa da China Continental:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área: 9.561.000 km²
População: 1.328,7 milhões de habitantes (estimativa 2012)
Densidade populacional: 139 habitantes por km² (estimativa 2012)
Designação oficial: República Popular da China
Chefe de Estado: Presidente Xi Jinping
Primeiro-Ministro: Li Keqiang
Data da atual constituição: 4 de dezembro de 1982, tendo sido introduzidas várias alterações
Principais partidos políticos: Partido Comunista Chinês (PCC). A formação do atual Governo foi aprovada no Congresso Nacional Popular de março de 2013

Capital: Beijing (Pequim) - 14,4 milhões de habitantes (estimativa 2011)
Outras cidades importantes: Shanghai (Xangai); Shenzhen; Tianjin; Chongqing; Guangzhou (Cantão); Chengdu; Wuhan; Xi'an; Zhengzhou; Nanjing; Changsha
Religião: As principais religiões são o taoísmo e o budismo. Existem minorias muçulmanas e cristãs

Língua:	A língua oficial é o putonghua (dialecto de Beijing, usualmente conhecido por mandarim). Existem também dialectos e línguas locais
Unidade monetária:	Yuan Renmimbi da China (CNY) 1 EUR = 8,0564 CNY (Banco de Portugal - média / abril 2013)
Risco País:	Risco geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU, abril 2013 Risco Político - B Risco de Estrutura Económica - A
Risco de crédito:	2 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - COSEC, abril 2013
Política de cobertura de risco:	<i>Operações de Curto prazo</i> – Aberta sem condições restritivas; <i>Médio/Longo prazo</i> – Garantia bancária. (COSEC – abril 2013)

Principais relações internacionais e regionais:

[Banco Asiático de Desenvolvimento](#) (BAsD), [Banco Inter-Americano de Desenvolvimento](#) (BID), [Banco Africano de Desenvolvimento](#) (BAfD), [Banco de Compensações Internacionais](#), [Área de Livre Comércio entre a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a China](#) (ASEAN-China Free Trade Area – ACFTA), [Organização das Nações Unidas](#) (ONU) e suas [agências especializadas](#), e [Organização Mundial de Comércio](#) (OMC) desde 11 de dezembro de 2001). A nível regional faz parte do Encontro Ásia-Europa ([Asia-Europe Meeting](#) – ASEM), da Cooperação Económica Ásia-Pacífico ([Asia-Pacific Economic Cooperation](#) – APEC) e do Conselho de Cooperação Económica do Pacífico ([Pacific Economic Cooperation Council](#) – PECC).

Relacionamento com a União Europeia (UE):

As relações comerciais da República Popular da China com a União Europeia (UE) continuam a processar-se fundamentalmente no âmbito do [Acordo de Cooperação Comercial e Económica de 1985](#); trata-se de um Acordo de natureza não preferencial, no sentido em que as concessões de vantagens ao comércio não excedem os limites consagrados pela OMC, traduzindo-se na aplicação da Cláusula da Nação Mais Favorecida. Em face da evolução verificada no quadro do relacionamento UE/China, foram criadas as condições para o estabelecimento de negociações (iniciadas em janeiro de 2007), tendo em vista a celebração de um novo Acordo bilateral de maior amplitude e alcance económico que o de 1985. Mais informação sobre o relacionamento bilateral entre as partes pode ser consultada no Portal – [European External Action Service](#) (EEAS).

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no Global Competitiveness Index 2012/13) - 29º

Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2013) - 91º

Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2012) - 80º

Ranking Global (EIU, entre 82 mercados) - 47º

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

A China desempenha, atualmente, um papel fundamental no panorama económico e financeiro mundial, nomeadamente por três motivos: porque o seu crescimento é considerado o “motor” da economia mundial; porque a magnitude do seu setor produtivo sustenta em larga medida o andamento da oferta mundial, designadamente em termos de preços de matérias-primas; e porque detém o maior montante de reservas do mundo, encontrando-se uma componente significativa das mesmas investidas em obrigações de longo prazo do Tesouro norte-americano.

Simultaneamente, a China constitui uma economia em triplo processo de transição: de uma economia estatal e planificada para uma economia de mercado; de uma economia agrícola e rural para uma economia urbana, baseada na indústria e nos serviços; e de uma economia fechada para uma economia aberta às trocas internacionais de bens e de capital.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2010 ^a	2011 ^a	2012 ^b	2013 ^c	2014 ^c	2015 ^c
População	Milhões	1.312,6 ^b	1.320,7 ^b	1.328,7	1.336,1	1.343,1	1.349,6
PIB a preços de mercado ^d	10 ⁹ CNY	40.282	46.573	51.624	58.489	65.741	73.686
PIB a preços de mercado ^d	10 ⁹ USD	5.950	7.208	8.178	9.338	10.564	11.971
PIB <i>per capita</i>	USD	4.530 ^b	5.460 ^b	6.160	6.990	7.870	8.870
Crescimento real do PIB	%	10,4	9,3	7,8 ^a	8,4	7,8	7,7
Consumo privado	Var. %	8,5 ^b	10,2 ^b	9,9	9,3	9,6	9,3
Consumo público	Var. %	11,2 ^b	12,1 ^b	11,0	8,9	9,1	8,9
Formação bruta de capital fixo	Var. %	11,5 ^b	9,6 ^b	7,4	8,4	7,4	7,2
Taxa de desemprego	%	6,1 ^b	6,5 ^b	6,5	6,4	6,1	5,8
Taxa de inflação	%	3,2	5,5	2,6	4,3	4,1	3,9
Saldo do setor público	% do PIB	-1,7	-1,2	-1,6	-2,0	-1,9	-2,1
Dívida Pública	% do PIB	16,2 ^b	15,4 ^b	15,8	16,2	16,6	n.d.
Balança corrente	10 ⁹ USD	237,8	201,7	222,6	181,8	79,8	18,4
Balança corrente	% do PIB	4,0	2,8	2,7	1,9	0,8	0,2
Dívida Externa	% do PIB	9,4	9,5	8,9	8,8	8,7	8,6
Taxa de câmbio - média	1USD=xCNY	6,77	6,46	6,31 ^a	6,26	6,22	6,16

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões; (d) Inclui discrepância estatística

CNY - Yuan Renmimbi da China; n.d. - não disponível

Como resultado da reestruturação económica e da sua inserção no contexto internacional, a China é uma das economias que mais tem crescido nos últimos anos.

O investimento tem contribuído de uma forma bastante relevante para o crescimento económico, embora se estime que, em 2012, o contributo do consumo privado tenha sido ligeiramente superior.

A China registou em 2008 uma taxa de crescimento do PIB de 9,6%, tendo-se verificado uma quebra relativa a 2007, ano em que este indicador foi de 14,2%. Em 2009, verificou-se um acréscimo um pouco inferior ao do ano anterior (9,2%). Estas quebras foram o reflexo da crise da economia mundial.

Em 2010, registou-se um incremento do PIB acima do que se verificou nos dois anos anteriores (10,4%). Em 2011, o crescimento económico voltou a ser menor ficando próximo do valor percentual de 2009 (9,3%). Em 2012, o crescimento económico baixou para 7,8% devido, sobretudo, ao menor ritmo de crescimento das exportações e à desaceleração do investimento no desenvolvimento do setor imobiliário. Segundo o EIU (*Economist Intelligence Unit*), prevê-se para 2013 um maior aumento do PIB (8,4%).

Estima-se que o crescimento do investimento tenha sido de 7,4% em 2012, o menor valor percentual dos últimos anos, prevendo-se um acréscimo superior para 2013 (8,4%). Com base nos dados do EIU, o investimento poderá beneficiar de uma subida modesta do setor imobiliário, que poderá dissipar-se no segundo semestre com o crescimento da inflação.

Em 2012, com base em valores estimados, o aumento do consumo privado foi de 9,9%, sendo o do consumo público de 11%. Para 2013 preveem-se crescimentos, respetivamente, de 9,3% e 8,9%.

Estima-se que a taxa de desemprego, em 2012, tenha sido de 6,5%, sendo o respetivo valor percentual previsto para 2013 de 6,4%.

O aumento da taxa de inflação vinha sendo uma das preocupações da política económica chinesa. Os preços dos bens alimentares fizeram subir a taxa de inflação anual, em 2007, para 4,8%. Esta taxa atingiu, em fevereiro de 2008, o valor de 8,8%, o maior crescimento em onze anos, tendo contribuído para este aumento o mau tempo verificado nesse mês. O respetivo valor percentual anual de 2008 foi de 5,9%. Em fevereiro de 2009 a China entrou em deflação, tendo-se registado, apenas, no quarto trimestre desse ano um valor percentual positivo. A taxa de inflação anual de 2009 foi de -0,7%. Em 2010 e 2011 registaram-se valores percentuais entre 3% e 6%. Em 2012, a inflação desceu para 2,6% como reflexo da desaceleração do crescimento económico e dos preços moderados das *commodities* nos mercados internacionais. Perspetiva-se uma taxa de 4,3% para 2013. Segundo o EIU, no período de 2013 a 2017, espera-se que possa existir um forte crescimento da liquidez e uma expansão significativa da procura que poderão provocar pressões inflacionistas.

Estima-se que o saldo do setor público tenha representado -1,6% do PIB, em 2012, e prevê-se para 2013 uma percentagem de -2%. Com base no EIU, espera-se que o crescimento das despesas do Estado seja concentrado na educação, na saúde e noutras formas de desenvolvimento do bem-estar social.

O valor estimado do saldo da balança corrente representou 2,7% do PIB em 2012, perspetivando-se que diminua para 1,9% em 2013. O EIU prevê que o saldo da balança corrente continue a diminuir nos anos seguintes registando, em 2016 e 2017, valores negativos.

2.2. Comércio Internacional

O comércio externo da China vinha crescendo a um ritmo muito acentuado até 2008, mas em 2009 verificaram-se reduções das exportações (uma variação percentual de -16,1%) e das importações (uma variação percentual de -11,2%), tendo aumentado consideravelmente em 2010 (respetivamente, 31,4% e 39,1%). Em 2011, embora os acréscimos tenham sido menores do que no ano anterior, as exportações cresceram 20,4% e as importações 25,1%. Estima-se que, em 2012, o valor das vendas de bens da China ao exterior tenha crescido 8% e que o incremento do montante das compras de produtos provenientes de mercados externos tenha sido de 4,2%.

A China passou a ser, em 2009, o primeiro exportador e o segundo importador a nível mundial.

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações diminuiu de 2008 a 2011, estimando que se tenha situado, em 2012, em cerca de 119%.

Uma parte significativa das importações da China consiste em componentes para produtos que se destinam à exportação. Contudo, tem vindo a crescer o peso das importações que têm em vista a elaboração de produtos que são consumidos internamente.

Estima-se que as exportações e as importações tenham representado 46,3% do PIB em 2012, sendo a percentagem estimada de 21,2%, considerando apenas as compras de bens ao exterior; nesse ano, a China representou 9,8% do total das importações a nível mundial.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação (fob)	1.434,7	1.203,8	1.581,4	1.903,8	2.055,2 ^a
Importação (fob)	1.074,1	954,3	1.327,2	1.660,3	1.730,2 ^a
Saldo	360,6	249,5	254,2	243,5	325,0 ^a
Coeficiente de cobertura (%)	133,6	126,1	119,2	114,7	118,8 ^a
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	2 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a
Como importador	3 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); Organização Mundial do Comércio (OMC)

Nota: (a) Estimativas

Os cinco principais países clientes da China mantiveram sempre as mesmas posições nos respetivos *rankings* no período de 2010 a 2012.

Desse grupo, os três mercados asiáticos – Hong Kong (que funciona como entreposto comercial), Japão e Coreia do Sul – absorveram, conjuntamente, 27,5% das vendas chinesas para o exterior em 2012. Se se acrescentar as parcelas que correspondem aos EUA (17,2%) e ao melhor cliente europeu, a Alemanha (3,4%), ficam identificados os destinos de, aproximadamente, 48% das exportações chinesas desse ano.

As quotas de Hong Kong aumentaram sempre nos últimos três anos, tendo diminuído os valores percentuais da Alemanha. As percentagens dos EUA e do Japão registaram oscilações e a Coreia do Sul teve em 2011 uma quota semelhante à do ano anterior, diminuindo ligeiramente em 2012.

Principais Clientes

Mercado	2010		2011		2012	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
EUA	18,0	1 ^a	17,1	1 ^a	17,2	1 ^a
Hong Kong	13,8	2 ^a	14,1	2 ^a	15,8	2 ^a
Japão	7,7	3 ^a	7,8	3 ^a	7,4	3 ^a
Coreia do Sul	4,4	4 ^a	4,4	4 ^a	4,3	4 ^a
Alemanha	4,3	5 ^a	4,0	5 ^a	3,4	5 ^a
Portugal	0,16	59^a	0,15	64^a	0,12	71^a

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Ao nível dos principais fornecedores, em 2012, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan ocuparam as três primeiras posições. O valor agregado destes mercados asiáticos foi de, aproximadamente, 27% do total. Os EUA e a Alemanha, que foi, igualmente, o maior fornecedor europeu, situaram-se, respetivamente, na quarta e quinta posições, representando os cinco mercados, em conjunto, 40% do montante global.

Estes mercados mantiveram sempre as mesmas posições de 2010 a 2012.

As quotas do Japão diminuíram sempre ao longo do período em análise, tendo registado oscilações os valores percentuais da Coreia do Sul, de Taiwan e dos EUA. A Alemanha teve uma quota semelhante nos últimos três anos.

A União Europeia, no seu conjunto, constitui um dos principais parceiros comerciais da China. A posição de Portugal, neste contexto, não tem relevância, ficando a quota de mercado, como fornecedor, aquém de 0,1%.

Principais Fornecedores

Mercado	2010		2011		2012	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Japão	12,7	1 ^a	11,2	1 ^a	10,2	1 ^a
Coreia do Sul	9,9	2 ^a	9,3	2 ^a	9,5	2 ^a
Taiwan	8,3	3 ^a	7,2	3 ^a	7,6	3 ^a
EUA	7,4	4 ^a	7,1	4 ^a	7,4	4 ^a
Alemanha	5,3	5 ^a	5,3	5 ^a	5,3	5 ^a
Portugal	0,05	77^a	0,07	73^a	0,09	69^a

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Nas trocas comerciais da China os principais produtos respeitam a maquinaria e equipamento diverso. A entrada maciça de investimento direto do exterior tem permitido um aumento significativo da exportação de produtos com maior valor acrescentado.

Dessa forma, os produtos manufaturados representam a grande maioria das exportações do mercado chinês, sendo de destacar a alteração da sua estrutura: de produtos básicos para a montagem e produção de produtos eletrónicos. Esta mudança ocorreu, em parte, em resultado do investimento do exterior, em particular de empresas de Taiwan, Japão e Coreia do Sul.

Principais Produtos Transacionados – 2012

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
85 - Máquinas e equipamentos elétricos	23,8	85 - Máquinas e equipamentos elétricos	21,8
84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	18,4	27 - Combustíveis e óleos minerais	17,8
61 - Vestuário e seus acessórios de malha	4,3	84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	10,4
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	3,8	26 - Minérios, escórias e cinzas	7,6
90 - Instrumentos de ótica, fotografia, etc.	3,6	90 - Instrumentos de ótica, fotografia, etc.	6,1

Fonte: International Trade Centre (ITC)

As máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos representaram cerca de 42% do valor das exportações da China em 2012, enquanto, por exemplo, o peso dos têxteis e vestuário, nesse ano, foi de apenas 12%.

Em termos de importações, o valor agregado das máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos representou, aproximadamente, 32% do respetivo montante total em 2012.

A China é atualmente um dos principais países importadores de petróleo. O rápido processo de industrialização que o país está a atravessar tornou-o num grande consumidor de matérias-primas em geral.

2.3. Investimento Estrangeiro

De 2008 a 2011, a China registou oscilações nos respetivos montantes, quer como recetor de investimento direto do exterior (IDE), quer como emissor de investimento direto noutros mercados. Em 2012, o EIU (*Economist Intelligence Unit*) estima que se tenha verificado uma redução do IDE (uma variação percentual de cerca de -7% face ao ano anterior) e um aumento considerável do investimento direto no exterior (aproximadamente, 131%).

De 2008 a 2012, os montantes de IDE foram sempre superiores aos valores de investimento direto no exterior tendo os primeiros superado os segundos em mais de 300%, em 2010 e 2011, estimando-se que, em 2012, a percentagem tenha sido cerca de 78%. Os montantes estimados para 2012 foram, respetivamente, 205 mil milhões de USD e 115 mil milhões de USD.

Estima-se que, em 2012, o IDE na China tenha representado 2,5% do PIB e 5,5% do total da formação bruta de capital fixo.

A China, enquanto recetora de IDE, situou-se em 2011 (último ano disponível) na segunda posição no respetivo *ranking* mundial (segundo dados publicados pela UNCTAD), a seguir aos EUA, o que se verifica desde 2009.

Segundo estatísticas locais, os dez principais emissores de investimento direto do exterior na China, em 2012, foram Hong Kong (63,8% do respetivo montante total), o Japão (6,6%), Singapura (5,9%), Taiwan (5,5%), os EUA (2,8%), a Coreia do Sul (2,7%), a Alemanha (1,3%), os Países Baixos (1%), o Reino Unido (0,9%) e a Suíça (0,8%).

Em termos de investimento direto no exterior, a China situou-se, em 2011, no 9º lugar no respetivo *ranking*, a segunda pior posição de 2008 a 2011.

Devido à crescente necessidade de recursos naturais, especialmente de petróleo, tem existido investimento chinês em países ricos nesse recurso dos continentes africano, asiático e americano.

Investimento Direto

(10 ⁹ USD)	2008	2009	2010	2011	2012*
Investimento do exterior na China	171,5	114,2	243,7	220,1	205,0
Investimento da China no exterior	56,7	43,9	58,0	49,7	115,0
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	3 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a	n.d.
Como emissor	12 ^a	6 ^a	5 ^a	9 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); UNCTAD - World Investment Report 2012

Notas: (*) Estimativas

n.d. - não disponível

Perspetiva-se que o investimento no exterior possa vir a aumentar com a procura de novos mercados pelas empresas da China e a aquisição de marcas estrangeiras e tecnologia.

2.4. Turismo

Em anos relativamente recentes, o setor do turismo teve um crescimento muito rápido sendo atualmente a China um dos destinos turísticos mais procurados no mundo.

As entradas totais de turistas, em 2012, foram de 57,7 milhões (um dado, ainda, provisório) ligeiramente acima do número registado em 2011 (um acréscimo de 0,3%).

A China ocupou, em 2011, o terceiro lugar do *ranking* mundial, em termos de entradas de turistas, ficando a seguir à França e aos EUA.

Em 2011 (último ano disponível), as respetivas receitas (não incluindo as de transporte) foram de 48,5 mil milhões de USD, tendo-se registado um crescimento de 5,8% face ao ano anterior.

Aproximadamente 92% do número de visitantes da China Continental em 2011 foram nacionais da região Ásia-Pacífico.

Indicadores do Turismo

	2008	2009	2010	2011	2012
Turistas (10 ³)	53.049	50.875	55.664	57.581	57.725*
Receitas (10 ⁶ USD)	40.843	39.675	45.814	48.464	n.d.

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Notas: (*) Dado provisório; n.d. - não disponível

Enquanto mercado emissor, a China já tem uma expressão considerável, tendo-se assistido nos últimos anos a um crescimento rápido das viagens de turistas chineses para o exterior, sobretudo, para destinos asiáticos.

Em 2011, o número de chineses que viajaram para o exterior (não considerando as situações de regresso no mesmo dia) foi de 70,3 milhões, um aumento de 22,4% face ao ano anterior, tendo em 2007 sido cerca de 41 milhões.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens

Ao nível das exportações portuguesas, a quota da China, em 2012, foi de 1,7% sendo o valor percentual, em 2008, de 0,5%. As quotas desse país aumentaram quase sempre ao longo dos últimos cinco anos, tendo-se verificado uma redução em 2010. No respetivo *ranking*, esse mercado passou da 28ª posição, em 2008, para o 10º lugar, em 2012.

Em termos das importações portuguesas, as quotas de bens provenientes desse país aumentaram de 2008 até 2010 e diminuíram em 2011 e 2012, sendo o valor percentual no último ano de 2,4%. A China ocupou o 9º lugar no *ranking* de fornecedores em 2012, como se verificou em 2011 e 2009, ficando na 7ª posição em 2010, que foi a melhor de 2008 a 2012.

De janeiro a março de 2013, a China foi o nosso 13º cliente e 9º fornecedor tendo as quotas sido, respetivamente, de 1,2% e 2,5%.

Importância da China nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012	2013 Jan/Mar
China como cliente de Portugal	Posição	28ª	16ª	21ª	14ª	10ª	13ª
	% Saídas	0,47	0,70	0,63	0,93	1,72	1,22
China como fornecedor de Portugal	Posição	10ª	9ª	7ª	9ª	9ª	9ª
	% Entradas	2,09	2,17	2,69	2,53	2,44	2,51

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente

Com base nos dados do INE, o montante das exportações portuguesas de produtos para esse país aumentou 96,3% em 2012, face ao ano anterior, e 70,1% em 2011. Em 2009 e 2010 os acréscimos foram inferiores, tendo sido, respetivamente, de 20,5% e 5,1%. Assim, o valor das nossas vendas de produtos para a China passou de 184 milhões de euros em 2008 para 778,6 milhões de euros em 2012. A taxa média de crescimento anual foi de 48% no período de 2008 a 2012.

Os montantes das importações diminuíram em 2009, 2011 e 2012 tendo-se situado as variações percentuais entre -5% e cerca de -17%. Em 2010, verificou-se um crescimento de 41,6% relativamente ao ano anterior. Dessa forma, o crescimento médio anual ao longo dos últimos cinco anos foi de 2,8%.

O saldo da balança comercial é tradicionalmente desfavorável para Portugal. O saldo foi de -596 milhões de euros, em 2012, tendo-se registado um valor de -1.345,2 milhões de euros, em 2010, que foi o maior défice de 2008 a 2012. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações passou de 13,7% em 2008 para 56,6% em 2012.

De janeiro a março de 2013, as nossas vendas de produtos para China diminuíram (a variação percentual foi de -35,8%) tendo-se verificado ao nível das importações um ligeiro aumento (0,7%), face ao período homólogo do ano anterior.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % ^a 08/12	2012 Jan/Mar	2013 Jan/Mar	Var % ^b 12/13
Exportações	184.018	221.818	233.093	396.587	778.625	48,0	220.658	141.728	-35,8
Importações	1.342.004	1.114.669	1.578.287	1.499.722	1.374.660	2,8	336.176	338.595	0,7
Saldo	-1.157.987	-892.850	-1.345.194	-1.103.136	-596.035	--	-115.519	-196.866	--
Coef. Cobertura	13,7%	19,9%	14,8%	26,4%	56,6%	--	65,6%	41,9%	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

(b) Taxa de variação homóloga 2012-2013

2008 a 2011: resultados definitivos; 2012 resultados preliminares 3ª revisão; 2013: resultados preliminares 1º apuramento

De acordo com os dados do ITC (*International Trade Centre*), em 2012, o valor das importações da China de produtos provenientes de Portugal foi de 1,2 mil milhões de euros, sendo o montante das exportações de bens da China para o nosso país de 1,9 mil milhões de euros, tendo-se registado variações percentuais, respetivamente, de 38,9% e -3,6% relativamente ao ano anterior.

Segundo os dados do INE, nas exportações portuguesas para a China, em 2012, surgiram na primeira posição os veículos e outro material de transporte (com 53% do total). Seguiram-se os minerais e minérios (15,8%), as máquinas e aparelhos (6,4%), as pastas celulósicas e papel (5,2%) e os metais comuns (4,3%). Os cinco principais grupos de produtos absorveram cerca de 85% do total das nossas vendas para esse mercado nesse ano.

Desses agrupamentos, o valor dos veículos e outro material de transporte aumentou 541,3% em 2012 face a 2011, tendo também registado acréscimos as exportações de minerais e minérios (36,6%) e de metais comuns (35,1%). Os montantes das máquinas e aparelhos e das pastas celulósicas e papel diminuíram, sendo as variações percentuais, respetivamente, de -14,8% e de -8,5%. De referir, no entanto, que para o aumento do valor dos veículos e outro material de transporte contribuiu também o facto de no último trimestre de 2011 importantes exportações deste grupo de produtos terem passado a ser efetuadas diretamente de Portugal para a China, e não através de terceiros mercados como acontecia anteriormente.

Numa análise mais em detalhe (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada), as cinco principais categorias de produtos exportados de Portugal para a China, em 2012, foram: automóveis de passageiros e outros veículos de transporte de passageiros, etc. (52,2% do valor global); minérios de cobre e seus concentrados (8%); mármore, travertino, granito belga e outras pedras calcárias de cantaria, etc. (5,4%); pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução (3,4%); desperdícios, resíduos e sucata de cobre (2,1%). O valor agregado destas categorias de produtos representou cerca de 71% do total.

Com base na informação do GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de média-alta intensidade tecnológica representaram 40,8% das exportações portuguesas para a China, em 2011 (último ano disponível), de produtos industriais transformados (72,6% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica baixa (34,5%), alta (13,7%) e média-baixa (11%).

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras de produtos para esse país tem vindo a aumentar, passando de 701 em 2007 para 912 em 2011 (último ano disponível), sendo o crescimento de cerca de 30%.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var % 11/12
Veículos e outro mat. transporte	4.727	2,6	64.344	16,2	412.631	53,0	541,3
Minerais e minérios	27.041	14,7	89.886	22,7	122.813	15,8	36,6
Máquinas e aparelhos	64.615	35,1	58.812	14,8	50.108	6,4	-14,8
Pastas celulósicas e papel	7.751	4,2	44.654	11,3	40.858	5,2	-8,5
Metais comuns	20.342	11,1	24.903	6,3	33.640	4,3	35,1
Matérias têxteis	8.321	4,5	18.351	4,6	28.621	3,7	56,0
Madeira e cortiça	17.626	9,6	28.659	7,2	24.930	3,2	-13,0
Plásticos e borracha	5.765	3,1	19.980	5,0	19.372	2,5	-3,0
Alimentares	1.969	1,1	9.861	2,5	12.047	1,5	22,2
Químicos	13.448	7,3	6.653	1,7	8.515	1,1	28,0
Vestuário	2.793	1,5	4.783	1,2	5.137	0,7	7,4
Instrumentos de ótica e precisão	622	0,3	9.372	2,4	4.071	0,5	-56,6
Agrícolas	907	0,5	3.253	0,8	3.368	0,4	3,5
Peles e couros	933	0,5	3.643	0,9	3.330	0,4	-8,6
Calçado	1.826	1,0	315	0,1	2.232	0,3	608,0
Combustíveis minerais	3	0,0	971	0,2	3	0,0	-99,7
Outros produtos	567	0,3	8.147	2,1	6.947	0,9	-14,7
Valores confidenciais	4.761	2,6	0	0,0	0	0,0	§
Total	184.018	100,0	396.587	100,0	778.625	100,0	96,3

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2011

No que respeita às importações portuguesas provenientes da China, na primeira posição situaram-se as máquinas e aparelhos, que representaram 34,6% do montante global em 2012, seguindo-se os metais comuns (12,2%), os produtos químicos (6,9%), o vestuário (6,8%) e as matérias têxteis (6,4%).

As cinco primeiras categorias de produtos representaram, em conjunto, cerca de 67% do respetivo valor total nesse ano.

Desses agrupamentos de produtos, apenas aumentaram as importações de metais comuns (3,2%) e de matérias têxteis (2,8%) em 2012 face ao ano anterior. O valor do vestuário registou uma redução considerável (uma variação percentual de -32%), tendo diminuído também os montantes das máquinas e aparelhos e dos produtos químicos (variações percentuais, respetivamente, de -6,5% e -1,5%).

Numa análise mais em detalhe (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada), as cinco primeiras categorias de produtos importados da China, em 2012, foram as seguintes: aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia e videofones (com 6,2% do total); aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual, excluindo os das posições pautais 8512/30 (4,4%); produtos laminados planos, de ferro/aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente (3,9%); produtos laminados, de ferro/aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados (3,1%); malas, sacos, estojos, bolsas, carteiras, etc., de couro natural, plástico, etc. (2,4%). O valor agregado destas categorias de produtos representou 20% do montante global.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var % 11/12
Máquinas e aparelhos	514.098	38,3	508.185	33,9	475.386	34,6	-6,5
Metais comuns	230.493	17,2	162.610	10,8	167.756	12,2	3,2
Químicos	67.624	5,0	96.551	6,4	95.086	6,9	-1,5
Vestuário	58.377	4,3	136.968	9,1	93.133	6,8	-32,0
Matérias têxteis	61.726	4,6	85.639	5,7	88.057	6,4	2,8
Agrícolas	51.567	3,8	84.454	5,6	77.078	5,6	-8,7
Plásticos e borracha	40.542	3,0	57.632	3,8	54.122	3,9	-6,1
Veículos e outro mat. transporte	44.900	3,3	51.112	3,4	52.745	3,8	3,2
Instrumentos de ótica e precisão	28.799	2,1	56.733	3,8	50.928	3,7	-10,2
Calçado	34.593	2,6	53.514	3,6	46.903	3,4	-12,4
Peles e couros	29.819	2,2	34.565	2,3	36.268	2,6	4,9
Minerais e minérios	40.620	3,0	25.449	1,7	22.496	1,6	-11,6
Alimentares	7.465	0,6	11.491	0,8	13.590	1,0	18,3
Pastas celulósicas e papel	9.111	0,7	11.408	0,8	8.867	0,6	-22,3
Madeira e cortiça	21.139	1,6	12.916	0,9	6.705	0,5	-48,1
Combustíveis minerais	2.577	0,2	1.562	0,1	350	0,0	-77,6
Outros produtos	91.772	6,8	108.851	7,3	85.188	6,2	-21,7
Valores confidenciais	6.781	0,5	84	0,0	1	0,0	-99,0
Total	1.342.004	100,0	1.499.722	100,0	1.374.660	100,0	-8,3

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Segundo a informação do GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram 32% das importações portuguesas provenientes da China, em 2011, de produtos industriais transformados (98,4% das importações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (31,3%), alta (20,4%) e média-baixa (16,3%).

Com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas importadoras de produtos desse país foi de 6.124 em 2011, representando um aumento de cerca de 3% relativamente a 2007.

3.2. Serviços

As exportações portuguesas de serviços para a China e as importações provenientes desse país são poucos relevantes, tendo as suas quotas enquanto cliente de Portugal sido sempre inferiores às registadas como fornecedor, no período de 2008 a 2012. Tal verificou-se, igualmente, no que se refere às posições ocupadas nos respetivos *rankings* globais.

Assim, em 2012 a China teve uma quota de 0,21% das exportações portuguesas e situou-se em 31º lugar no *ranking* de clientes; por outro lado, registou um valor percentual de 0,38% das importações e ficou na 25ª posição enquanto fornecedor.

Importância da China nos Fluxos de Comércio de Serviços de Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
China como cliente de Portugal	Posição ^a	41 ^a	40 ^a	39 ^a	33 ^a	31 ^a
	% Export. ^b	0,06	0,06	0,08	0,16	0,21
China como fornecedor de Portugal	Posição ^a	25 ^a	22 ^a	21 ^a	24 ^a	25 ^a
	% Import. ^b	0,34	0,34	0,43	0,36	0,38

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição num conjunto de 55 mercados

(b) Quota do mercado nas exportações e importações totais de Portugal

Os valores das exportações de serviços aumentaram quase sempre de 2008 a 2012, tendo apenas diminuído em 2009 (a variação percentual foi de -11,7% face ao ano anterior). Os acréscimos de 2011 e 2010 foram, respetivamente, de 109,2% e 51,2%, verificando-se, em 2012, um crescimento de 27,8%.

Nos últimos cinco anos, o crescimento médio anual das exportações de serviços foi de 44,1%. O respetivo montante passou de 11,1 milhões de euros em 2008 para 39,7 milhões de euros em 2012.

Os valores das importações diminuíram em 2012 (uma variação percentual de -3,2% relativamente ao ano anterior) e em 2011 e 2009 (variações percentuais, respetivamente, de -11,2% e -6%), registando-se um acréscimo de 30,8% em 2010. A taxa de crescimento médio anual, no período de 2008 a 2012, foi de 2,6%.

Balança Comercial de Serviços de Portugal com a China

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % ^a 08/12
Exportações	11.100	9.805	14.827	31.015	39.651	44,1
Importações	37.759	35.503	46.450	41.257	39.936	2,6
Saldo Total	-26.659	-25.698	-31.623	-10.242	-285	--
Coeficiente de Cobertura	29,4%	27,6%	31,9%	75,2%	99,3%	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

Verificou-se uma enorme redução do défice da balança comercial de serviços de 2008 para 2012, passando de um saldo de -26,7 milhões de euros para -285 mil euros. Dessa forma, o coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de 29,4% em 2008 e de 99,3% em 2012.

3.3. Investimento

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, a China ocupou, de 2008 a 2012, lugares modestos no *ranking* dos investidores estrangeiros em Portugal, detendo a 38ª posição em 2012, e não tendo qualquer expressão o peso deste país no total do investimento direto do exterior (IDE). No entanto, as operações de aquisição das participações na EDP e na REN, pelos Grupos chineses China Three Gorges e State Grid, não estão refletidas nos citados dados estatísticos.

Enquanto destino do investimento direto de Portugal no exterior (IDPE), a China situou-se, em 2012, no 36º lugar, o que não está em linha com o facto deste mercado ser um importante recetor de investimento a nível mundial.

Importância da China nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
Portugal como recetor (IDE)	Posição ^a	35 ^a	53 ^a	40 ^a	37 ^a	38 ^a
	% ^b	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Portugal como emissor (IDPE)	Posição ^a	41 ^a	50 ^a	52 ^a	36 ^a	36 ^a
	% ^b	0,01	-0,04	-0,04	0,02	0,01

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 55 mercados

(b) Com base no ID bruto total de Portugal

De 2008 a 2012, com base nos dados do Banco de Portugal, verificou-se o maior valor de investimento direto da China em Portugal, em termos brutos, em 2008 (1,7 milhões de euros). Nesse período, o investimento líquido registou valores positivos apenas em 2010 e 2011. Assim, o respetivo montante acumulado, nos últimos cinco anos, foi de -8,7 milhões de euros.

Investimento Direto da China em Portugal

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % ^a 08/12
Investimento bruto	1.650	-1.049	625	538	442	-8,9
Desinvestimento	6.770	287	67	342	3.485	289,3
Investimento líquido	-5.120	-1.336	558	196	-3.043	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Ao nível do investimento direto de Portugal na China, registou-se em 2011 o valor mais elevado dos últimos cinco anos, em termos brutos e líquidos.

Neste caso, de 2008 a 2012, o investimento líquido registou montantes negativos em 2009 e 2010. No período em análise, o respetivo *stock* de investimento, em termos líquidos, foi de -1 milhão de euros.

Investimento Direto de Portugal na China

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % ^a 08/12
Investimento bruto	1.377	-2.945	-3.923	3.562	1.158	-55,9
Desinvestimento	224	21	0	0	0	§
Investimento líquido	1.153	-2.966	-3.923	3.562	1.158	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

§ - Coef. de variação >= 1000% ou valor zero no período 2008-2011

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

3.4. Turismo

As receitas provenientes de turistas da China em Portugal, estando incluída apenas a hotelaria global, passaram de 4,5 milhões de euros em 2008 para 11,4 milhões de euros em 2012.

Nos últimos cinco anos, as receitas diminuíram em 2009 e 2012 (variações percentuais, respetivamente, de -11,3% e -4,8%) e registaram acréscimos bastante significativos em 2010 (63,5%) e 2011 (84,2%). Assim, a média das taxas de crescimento anuais, de 2008 a 2012, foi de 32,9%.

Enquanto país de origem de receitas turísticas para Portugal, num conjunto de cinquenta e cinco mercados, a China teve uma quota de 0,13% no montante global em 2012 e situou-se na 29ª posição no respetivo *ranking*, que foram as segundas melhores de 2008 a 2012.

Turismo da China em Portugal

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % ^a 08/12
Receitas (10 ³ euros) ^b	4.497	3.988	6.521	12.010	11.433	32,9
% do Total ^c	0,06	0,06	0,09	0,15	0,13	--
Posição ^d	39	39	32	28	29	--

Fontes: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Num conjunto de 55 mercados

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime Geral de Importação

Desde a sua adesão à OMC em dezembro de 2001, a China tem envidado esforços na implementação de um conjunto de medidas tendentes a uma liberalização comercial e económica, diminuindo a lista de produtos sujeitos a contingentes, reduzindo as tarifas aduaneiras e dispensando uma variedade de bens da emissão de licenças de importação.

Com a publicação da [Foreign Trade Law](#), em vigor desde 1 de julho de 2004, foi consolidada a abertura deste setor, sendo permitido também às pessoas singulares (e não só às empresas) operarem na área do comércio externo.

O sistema de importação de bens na China, da responsabilidade do [Ministry of Commerce](#) (MOFCOM), estabelece 3 categorias: *Permitted Goods* (abrange a maior parte dos produtos, para os quais apenas é necessária a obtenção de licença de importação automática – [Automatic Import Licence](#)); *Restricted Goods* (os produtos incluídos nesta categoria são monitorizados via quotas ou licenciamento não automático; para 2013 entre os produtos sujeitos a quotas encontram-se: arroz; açúcar; farinha; algodão; quanto aos que necessitam de licença destacam-se os produtos eletrónicos usados e todos os que sejam suscetíveis de colocar em risco a camada de ozono); *Prohibited Goods* (bens e resíduos tóxicos).

Refira-se, também, que uma grande variedade de mercadorias está sujeita a uma inspeção antes da realização do desalfandegamento. Da "Lista de Inspeção" constam produtos potencialmente perigosos para a saúde pública, ambiente e segurança nacional. Na importação destes produtos é obrigatória a apresentação de um certificado de inspeção, cuja emissão é da competência da [General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the PRC](#) (AQSIQ).

Podem, ainda, ser exigidos certificados de origem, solicitados pelo importador, instituição bancária ou por imposição da carta de crédito, ou outros certificados a obter pelo exportador (como por exemplo, certificados de análise). Nestes casos, o exportador deve questionar a secção consular da Embaixada da República Popular da China em Portugal sobre a necessidade de legalização dos mesmos. Caso os serviços consulares refiram a necessidade de legalização prévia dos documentos junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, a mesma deve ser efetuada na Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares, da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do MNE.

Em termos de procedimentos de despacho aduaneiro importa referir que, desde 1 de janeiro de 2011, os importadores têm que estar registados junto das autoridades aduaneiras ([Customs Registration Number – CR](#)); por sua vez, os exportadores devem indicar nas faturas comerciais que acompanham as mercadorias para além do *Consignee CR n.º*, a posição pautal correta dos produtos (segundo o Sistema Harmonizado de Classificação e Designação de Mercadorias – *HS Code*) e preencher, de forma exata e pormenorizada, a descrição dos mesmos.

De mencionar, ainda, que as autoridades governamentais publicaram nova regulamentação que tornou obrigatório (a partir de 1 de outubro de 2012) o registo de exportadores e importadores de produtos alimentares (bebidas alcoólicas incluídas) para a China junto da [AQSIQ](#). Neste sentido foi disponibilizado um *website* – [Filing Management System for Exporters / Agents and Consignee of Imported Food](#) – para as empresas efetuarem o respetivo registo *on-line*.

Na [Market Access Database \(MADB\)](#), da responsabilidade da Comissão Europeia, no tema – [Procedures and Formalities / Country Overview](#) – os empresários podem consultar (selecionar o mercado – *Country / China*; introduzir os códigos pautais dos produtos – *Product Code* – a 4 ou 6 dígitos; clicar em *HS-Code Search* e aceitar as condições em *Accept*) informação sobre a documentação que deve acompanhar os bens a exportar, nomeadamente sobre o documento – [Registration of Foreign Exporters of Foodstuffs](#), no caso de bens alimentares.

Por sua vez, o [USDA Foreign Agricultural Service \(FAS\)](#) disponibiliza o documento – [China Registration Required for Foreign Food Product Exporters](#), que visa, igualmente, esclarecer o novo procedimento de registo.

Quanto à regulamentação técnica, de qualidade e segurança dos produtos, a China aplica um sistema de normalização próprio (estruturado em 4 níveis – *National Standards*, *Professional Standards*, *Local Standards* e *Enterprise Standards*), com componentes obrigatórias e voluntárias, que deverá ser conhecido das empresas externas por forma a que os bens possam ser colocados no mercado em condições de serem consumidos. Para obtenção de informação nesta área os interessados podem consultar o Site [EU SME Centre](#), nos seguintes temas: [Standards](#), [Standards used in China](#), [Searching National and Professional Standards](#); também é importante a consulta do Site da [Standardization Administration](#) ou [Europe-China Standardization Information Platform](#).

Relativamente à rotulagem dos produtos existe legislação rigorosa a cumprir, nomeadamente no que respeita aos produtos alimentares, que obriga a que todos os bens embalados (importados ou locais) sejam portadores de uma etiqueta com indicação de informações várias (em língua chinesa, para além do inglês), designadamente, os ingredientes utilizados, a marca comercial, o nome e a morada da empresa produtora, o número de registo do exportador, o país de origem, o prazo de validade, etc. Desde 20 de abril de 2012 que está em vigor a norma [GB 7718 – 2011](#) para os produtos alimentares pré-embalados em geral. As regras específicas para as bebidas alcoólicas constam da norma [GB 10344 – 2005](#). A rotulagem nutricional é obrigatória para certos bens alimentares. Existem, também, regras específicas para a etiquetagem de cosméticos, produtos farmacêuticos e pesticidas.

Com a publicação da [Food Safety Law](#) (julho de 2009) foi introduzido um maior controlo e vigilância sobre os produtos alimentares, assim como penas mais gravosas para os infratores. Os bens importados deverão cumprir (à semelhança dos produzidos no país) com as regras aí estabelecidas. Assume, também, um papel importante, em termos de segurança alimentar, a agência [China Food and Drug Administration](#) (CFDA).

Não obstante os progressos verificados na simplificação do regime do comércio externo chinês, o acesso a este mercado ainda apresenta entraves significativos, como por exemplo: não é permitida a exportação de produtos de origem animal e vegetal sem a aprovação de procedimentos administrativos bilaterais complexos que envolvem um processo de aprovação lento e moroso; necessidade de registo para vários produtos (ex.: cosméticos; produtos farmacêuticos e dispositivos médicos; substâncias químicas, nomeadamente os fertilizantes; certo tipo de equipamento industrial); falta de transparência/divergência (dada a insuficiente informação em inglês e às diversas interpretações locais) e problemas na determinação do valor aduaneiro; dificuldades técnicas ao nível do registo obrigatório *on-line* dos exportadores/importadores de produtos alimentares; deficiente proteção dos direitos de propriedade intelectual/industrial e litigância onerosa desses direitos (embora estejam a ser promovidos esforços no sentido de alterar a situação); e riscos de ocorrência de fraudes na negociação com empresários locais.

Relativamente a Portugal importa referir que foi assinado, a 21 de maio de 2013, o Acordo/Memorando de Cooperação com a China para o estreitamento das relações no setor agroalimentar que veio permitir, desde já, aos produtores nacionais de lacticínios exportar os seus produtos para este mercado asiático; relativamente a outros bens de origem animal ou vegetal como carne de suíno (e derivados) e fruta, respetivamente, a situação ainda não está desbloqueada do ponto de vista técnico. Os interessados podem consultar informação relativa às [barreiras não tarifárias às exportações para países terceiros notificadas ao MAMAOT](#) (Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), entre outra, no Portal [GLOBALAGRIAR](#) (consultar tema – “Acesso aos Mercados”).

No que respeita à Pauta Aduaneira importa referir que em 1992 a República Popular da China adotou o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) e que como resultado da sua integração na OMC, as autoridades competentes procederam a sucessivas reduções nas taxas alfandegárias (a média atual dos direitos aduaneiros é de aproximadamente 10%, existindo, no entanto, taxas preferenciais para a entrada de bens provenientes de países com os quais a China celebrou Acordos de Comércio Livre, que não é o caso da UE), calculadas numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias.

Para além dos direitos aduaneiros, os produtos estão ainda sujeitos ao Imposto sobre o Valor Acrescentado, às taxas de 17% (taxa normal), aplicável à generalidade dos bens e serviços, e de 13% (taxa mínima) para produtos de primeira necessidade (ex.: cereais, óleos vegetais e outros produtos alimentares de primeira necessidade; determinados livros, revistas e periódicos; gás natural; produtos farmacêuticos), e ao Imposto de Consumo sobre artigos de luxo (ex.: tabaco; bebidas alcoólicas; produtos cosméticos; artigos de joalharia e pedras preciosas).

A tributação aduaneira incidente na importação de produtos na China pode ser consultada, por produto e de forma atualizada, na página [Market Access Database](#), já referida (clicar em [Tariffs](#); selecionar o mercado – *Country / China*; introduzir os códigos pautais dos produtos – *Product Code* – a 4 ou 6 dígitos; clicar em *HS-Code Search* e aceitar as condições em *Accept*). Aos produtos originários da União Europeia aplicam-se os direitos da coluna MFN (*Most Favoured Nation*). Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada) os interessados têm acesso a outras imposições fiscais para além dos direitos aduaneiros (ex.: IVA, Impostos de Consumo).

Foram criadas 15 Zonas Francas ([Free Trade Zones](#)) que beneficiam de um regime especial, que se traduz na isenção do pagamento de impostos sobre as importações e facilidades de armazenamento dos produtos.

Para além da consulta da *MADB*, os interessados podem obter mais informação pormenorizada sobre o regime de importação na China acedendo aos seguintes Sites: [EU SME Centre](#) e [China Briefing \(Magazine and Daily News Service\)](#), nos temas: [China's Import and Export Licensing Framework](#) e [Import-Export Taxes and Duties in China](#).

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Com a entrada da China na OMC as autoridades locais comprometeram-se a proceder, de forma gradual e faseada, a reformas significativas com vista a atrair o investidor estrangeiro, criando, para o efeito, um ambiente de negócios de maior segurança jurídica, transparência de procedimentos e abertura do mercado.

No sentido de clarificar as prioridades para o desenvolvimento económico e social do país, o Governo central tem promulgado, desde 1995, um conjunto de regras flexíveis, objeto de alterações constantes, que estabelece orientações fundamentais para os promotores externos industriais – Catálogo de Investimentos Estrangeiros (*Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries*).

Em 24 de dezembro de 2011 foi aprovada uma nova revisão deste catálogo/guia ([Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries](#)), em vigor desde 30 de janeiro de 2012; os interessados podem também aceder a informação sobre o [Foreign Investment Industrial Guidance Catalogue](#) no Site da [Dezan Shira & Associates](#).

De acordo com as regras publicadas os setores económicos continuam a ser agrupados em 3 categorias de atividades: incentivadas; restritas; e proibidas. Todas as restantes, que não se encontrem nas categorias enunciadas, são consideradas como autorizadas/permitidas.

No que respeita às atividades incentivadas a China aditou nove atividades no setor dos serviços relativamente à última versão do catálogo/guia de 2007 de entre as quais se destacam os serviços ao nível dos direitos de propriedade intelectual e de formação profissional. Estão também incluídas as atividades que não podem ser satisfeitas com recurso à produção nacional (ex.: tecnologias de ponta e fabrico de equipamentos específicos), o investimento em indústrias de proteção e reciclagem ambiental, energias renováveis ou controlo da poluição.

Nas atividades restritas destacam-se: o setor bancário; o setor financeiro (que tem vindo a beneficiar de uma abertura gradual); o setor segurador; empresas de consultoria; e a promoção imobiliária. Nestes casos os projetos a realizar terão que assumir a forma de *joint-venture*.

Relativamente às atividades proibidas encontram-se previstas, nomeadamente, as que ameaçam a segurança nacional e a ordem pública (fabrico de armas e munições, controlo de tráfego aéreo, correios), bem como a publicação de livros, jornais e revistas e as atividades de rádio e televisão.

Ainda no contexto dos aspetos gerais a ter em conta quando se pretende investir na China é importante referir o [Catalogue of Priority Industries for Foreign Investment in Central and Western China](#) (2008) que estabelece condições especiais para o investimento no interior da China; em 14 de maio de 2013 a [National Development and Reform Commission](#) (NDRC) e o [Ministry of Commerce](#) (MOFCOM) aprovaram uma revisão deste Catálogo, cuja entrada em vigor está prevista para 10 de Junho, substituindo a versão atual. Os interessados podem aceder a informação detalhada no Site – [China Briefing \(Magazine and Daily News Service\)](#), em – [Catalogue of Priority Industries for Foreign Investment in Central and Western China](#), que está organizado por províncias.

Para atrair o IDE (Investimento Direto do Exterior), o processo de autorização dos projetos de investimento estrangeiro foi simplificado. O valor do investimento é um fator determinante na definição da entidade responsável pela aprovação dos projetos. Por exemplo, nas atividades incentivadas pelo estado chinês os projetos de pequena e média dimensão (inferiores a 300 milhões de USD), são aprovados pelas entidades locais, enquanto os grandes projetos têm de ser aprovados pelas entidades centrais – [MOFCOM](#) – ([Circular of the Ministry of Commerce on Issues Concerning Foreign Investment Administration](#) / consultar ponto IV).

Em 2012 foi publicada uma Circular pela [State Administration of Foreign Exchange](#) (SAFE), em vigor em 17 de dezembro, com o objetivo de facilitar as operações de investimento estrangeiro na China. Informação pormenorizada pode ser consultada no Site – [China Briefing \(Magazine and Daily News Service\)](#), nos temas: [China Eases FDI Rules Concerning the Administration of Foreign Exchange](#) e [China Expands QFII Schemes to Allow Greater Foreign Investment](#).

A partir da década de 80, foram instituídos diversos pólos de investimento, de que se destacam as Zonas Económicas Especiais ([Special Economic Zones](#) – SEZ), onde se desenvolvem praticamente todas as formas de atividade económica com carácter permanente, e as Zonas de Desenvolvimento Económico e Tecnológico ([National Economic and Technological Development Zones](#) – NETDZ), vocacionadas para acolher projetos industriais de alta tecnologia.

No contexto das reformas empreendidas pelas autoridades chinesas com vista a modernizar o ambiente de negócios (de acordo com as recomendações da OMC), importa destacar a seguinte legislação:

- **Lei do Imposto de Rendimento sobre as Sociedades** ([PRC Corporate Income Tax Law](#), KPMG), em vigor desde 1 de janeiro de 2008, que procura equiparar a taxa do Imposto de Rendimento sobre as empresas estrangeiras e chinesas, deixando de distinguir a origem do capital na criação de uma empresa (também é aplicável às *joint-ventures*). A taxa uniforme é de 25%.

De facto, até à aprovação deste diploma, as empresas nacionais estavam sujeitas a uma taxa de imposto de 33% e as estrangeiras a uma taxa de 15%, para além de beneficiarem de um regime preferencial em termos de apoios fiscais.

O atual quadro legal prevê, também, a concessão de incentivos (consultar documento: [PRC – Tax Facts and Figures](#), PWC, 2012) de entre os quais se destacam: taxa reduzida de 15% para empresas de elevado potencial tecnológico; deduções com despesas em investigação e desenvolvimento; créditos fiscais para investimentos efetuados em áreas como a proteção do meio ambiente, energia, conservação da água, etc; isenções fiscais para a transferência de tecnologia e operações de investimento realizadas em infraestruturas, na agricultura e indústria pesqueira;

- **Lei Laboral** ([Labor Contract Law](#)), em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008, que visa alterar de forma significativa o relacionamento entre trabalhador/entidade patronal e cuja aplicação incide sobre todas as empresas, independentemente da dimensão das mesmas ou do número de trabalhadores.

Entre as várias medidas estabelecidas, destacam-se: o contrato de trabalho deve, sob pena de penalização, ser redigido por escrito; todos os trabalhadores devem ter acesso a um manual informativo onde se encontram previstas as condições de trabalho a que estão sujeitos; o contrato a termo passa a estar submetido a restrições no que respeita à sua renovação (a entidade patronal apenas pode efetuar duas renovações). A legislação estabelece, ainda, preceitos relativos às alterações do contrato laboral, ao despedimento, ao contrato coletivo, à inspeção e supervisão no local de trabalho, entre outros.

Apesar da sua recente vigência (4 anos) a Lei Laboral foi objeto de alterações durante o ano de 2012 na sequência de pressões dos sindicatos; em 28 de dezembro de 2012 o Congresso adotou a [Decision on Revising the Labor Contract Law of the People's Republic of China \(Order n.º 73 of the PRC President\)](#), em vigor a 1 de julho de 2013, que visa limitar a contratação de trabalhadores em regime de outsourcing (*labor dispatch*), por forma a assegurar uma melhor proteção e igualdade das condições laborais destes trabalhadores, nomeadamente a nível salarial.

Os interessados podem consultar a seguinte informação sobre o tema:

- [China Amends Labor Contract Law to Eliminate Labor Dispatch Abuse](#) (Brian Cave LLP, abril 2013);
- [Legislators Review Labor Law Revision on Regulating Outsourcing](#) (China Daily, dezembro 2012);
- [Revisions to China's Labour Contract Law Focus on Abuse of Employment Agency System](#) (China Labour Bulletin, junho 2012);
- [Labor Contract Law to be Revised](#) (The Economic Observer, março 2012).

Para mais informações sobre o quadro legal do investimento estrangeiro, formas de estabelecimento, sistema fiscal, aspetos laborais, entre outras, os interessados podem consultar o [Guia do Investidor na República Popular da China](#) (*Investment in the People's Republic of China*), [KPMG/China](#), abril 2012. Também o Site – [China Briefing \(Magazine and Daily News Service\)](#) disponibiliza informação sobre [Establishing a Trading Company in China](#) (março de 2013).

Por sua vez o Site – [China's Leader in Online Legal Research](#), tema – [Laws & Regulations](#) – permite a pesquisa e a consulta de legislação chinesa em língua inglesa.

Dada a rápida e constante alteração do ordenamento jurídico chinês e à grande influência das autoridades oficiais no ambiente de negócios é essencial que as empresas portuguesas recorram a assistência/assessoria jurídica especializada quando pretendam estabelecer-se neste mercado.

Por último, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram celebrados entre Portugal e a República Popular da China o [Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos](#) e a [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo](#) (ambos em vigor). Em 2012 foi aprovado o [Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo](#) que ainda aguarda ratificação para entrar em vigor.

5. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Todos os visitantes têm de ser portadores de um passaporte (com validade mínima de seis meses para além da data de fim da viagem) e de visto de entrada.

Existem oito categorias de vistos:

- L – Viagem turismo
- F – Negócios, intercâmbios culturais ou científicos
- D – Residentes permanentes na China
- X – Estudo
- Z – Trabalho
- G – Trânsito
- C – Tripulações (companhias aéreas, marinheiros,...)
- J – Jornalistas

O visto poderá ser obtido na Embaixada da República Popular da China em Lisboa, cujas coordenadas se encontram em Contactos Úteis.

Hora Local

Corresponde ao GMT mais oito horas. Em relação a Portugal, a China tem mais oito horas no horário de inverno e mais sete horas no de verão.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos e Escritórios:

8h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

9h00 às 12h00 / 13h30 às 17h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Comércio:

9h00 às 19h00 (todos os dias)

Os centros comerciais estão abertos das 9h00 às 21h00, todos os dias da semana.

Feriados 2013

1 de janeiro - Ano Novo

9-11 de fevereiro- Ano Novo Chinês
4 de abril - Festival Qingming
1 de maio - Dia do Trabalhador
12 de junho - Festival do Barco do Dragão
19 de setembro - Festival do Meio-Outono
1-3 de outubro - Feriados relativos ao Dia Nacional

Corrente Elétrica

220 Volts, 50 ou 60 Hz. Tomadas de dois e de três pinos.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico, mas diversos pesos e medidas chineses antigos são, ainda, usados.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada da República Popular da China
Rua do Pau de Bandeira, 11-13
1200-756 Lisboa
Tel.: +351 213 928 430 | Fax: +351 213 928 431
E-mail: chinaemb_pt@mfa.gov.cn | <http://pt.china-embassy.org/pot/>

aicep Portugal Global
Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto
4050-012 Porto
Tel.: +351 226 055 300
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa
Tel.: +351 217 909 500
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

(Legalização de Documentos)

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares (SAC)

Avenida Infante Santo nº 42 1º

1350-179 Lisboa

Tel.: +351 217 929 757/59 - Secretariado

Gabinete de Atendimento ao Público

Largo das Necessidades nº 42

1350-215 Lisboa

Tel.: +351 217 929 761

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa

Av. da Liberdade, 227, 3º

1250-142 Lisboa

Tel.: +351 217 934 284 / 218 297 062 | Fax: +351 217 934 316

E-mail: geral@ccilc.pt | <http://www.ccil-c.com>

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega, 5, r/c

1149-006 Lisboa

Tel.: +351 218 813 700 | Linha Azul: +351 218 813 818

E-mail: at@at.gov.pt / dgaiec@dgaiec.min-financas.pt | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Direção Internacional

Av. da República, 58

1069-057 Lisboa

Tel.: +351 217 913 832 | Fax: +351 217 913 839

E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Na China

Embaixada de Portugal – Pequim

8 San Li Tun Dong Wu Jie

Beijing 100600 - P.R.China

Tel.: +86 10 653 23242 | Fax: +86 10 653 24637

E-mail: pequim@mne.pt / embport@public2.bta.net.cn | www.embaixadadeportugalempequim.com

aicep Portugal Global Trade & Investment Agency
Embassy of Portugal
8 San Li Tun Dong Wu Jie
Beijing 100600 - P.R.China
Tel.: +86 10 653 20401/5 | Fax: +86 10 653 26746
E-mail: aicep.beijing@portugalglobal.pt

aicep Portugal Global Trade & Investment Agency
Consulate General of Portugal - Economic Section
16th floor, Crystal Century Tower, 567 - Wei Hai Road
Shanghai 200041 - P.R.China
Tel. (geral): +86 21 628 86767; extensões: 501 e 505
Tel. (linha direta): +86 21 628 86570 | Fax: +86 21 628 86571
E-mail: aicep.shanghai@portugalglobal.pt

China Council for the Promotion of International Trade – CCPIT
1 Fuxingmenwai Street
Beijing 100860 - P.R.China
Tel.: +86 10 8807 5769/29 | Fax: +86 10 680 30747
E-mail: BCNweb@bizchinanow.com | <http://www.bizchinanow.com>

Delegation of the European Union to China
15 Dongzhimenwai Daijie
Chaoyang District
Beijing 100600 - P.R.China
Tel: +86 10 84548000 | Fax: +86 10 84548011
E-mail: delegation-china@eeas.europa.eu | http://eeas.europa.eu/delegations/china/index_en.htm

The European Union Chamber of Commerce in China
Beijing
Beijing Lufthansa Center, Office C412
50 Liangmaqiao Road
Beijing 100125 - P.R.China
Tel: +86 10 6462 2066 | Fax: +86 10 6462 2067
E-mail: euccc@european-chamber.com.cn
Shanghai
Unit 2204, Shui On Plaza
333 Huai Hai Zhong Road
Shanghai 200021 - P.R.China
Tel: +86 21 6385 2023 | Fax: +86 21 6385 2381
E-mail: shanghai@european-chamber.com.cn
<http://www.european-chamber.com.cn/en/home>

EU SME Centre
Room 910, Sunflower Tower
No.37 Maizidian West Street
Chaoyang District
Beijing 100125 - P.R.China
Tel.: +86 10 85275300 | Fax: +86 10 85275093
<http://www.eusmecentre.org.cn>

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no Site da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático](#)
- [República Popular da China](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [Asia-Europe Meeting](#) (ASEM)
- [African Development Bank Group](#) (AfDB)
- [ASEAN-China Free Trade Area](#) (ASEAN-CN)
- [Asian Development Bank](#) (ADB)
- [Asia-Pacific Economic Cooperation](#) (APEC)
- [Banco Interamericano de Desenvolvimento](#) (BID)
- [Bank for International Settlements](#) (BIS)
- [Certification and Accreditation Administration](#)

- [China.org](#)
- [China Daily European](#)
- [China Development Gateway](#)
- [China Food and Drug Administration](#) (CFDA)
- [China International Electronic Commerce Center](#) (CIECC)
- [China IP Law](#)
- [China Law and Regulations](#)
- [Chinese Law Library](#)
- [Delegation of the European Union to China](#)
- [Doing Business in China 2013](#) (World Bank Group)
- [Europe-China Standardization Information Platform](#) (CESIP)
- [European External Action Service](#) (EEAS – China)
- [EU-China Trade Project](#)
- [EU SME Centre](#)
- [General Administration of Customs](#) (GACC)
- [General Administration of Quality, Supervision Inspection and Quarantine of the PRC](#) (AQSIQ)
- [GLOBALAGRIMAR](#) (barreiras não tarifárias às exportações para países terceiros notificadas ao Ministério da Agricultura português: consultar tema – Acesso aos Mercados)
- [Invest Beijing](#)
- [Invest in China](#)
- [Investment Promotion Agency of MOFCOM](#) (CIPA)

- [Legislative Affairs Office of the State Council P. R. China](#)
- [Law Info China](#)
- [Law & Regulations Database](#)
- [Market Access Database](#)
- [Ministry of Agriculture](#)
- [Ministry of Commerce](#)
- [Ministry of Foreign Affairs](#)
- [National Bureau of Statistics of China](#)
- [National Development and Reform Commission](#) (NDRC)
- [Pacific Economic Cooperation Council](#) (PECC)
- [People's Bank of China](#)
- [Portal das Comunidades Portuguesas \(República Popular da China\)](#)
- [PwC CN Tax Services – China Corporate Tax – Setting up in China](#)
- [Standardization Administration of China](#)
- [State Administration of Foreign Exchange](#) (SAFE)
- [State Administration of Taxation](#)
- [State Food and Drug Administration](#) (SFDA)
- [State Intellectual Property Office of the P.R.C.](#) (SIPO)
- [The European Union Chamber of Commerce in China](#)
- [World Trade Organization](#) (WTO)